O Debate Sociologia na França (1965-1987)

- PIERRE ANSART

Os organizadores deste II Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia pediram que eu montasse um quadro atualizado da Sociologia na França, o que tentarei fazer apesar das dificuldades inerentes ao empreendimento. Não saberia, no tempo limitado de que disponho, evocar todos os aspectos institucionais ou políticos dessa produção: desejaria concentrar nossa atenção nos debates teóricos em que se opõem hoje as diversas correntes, escolas rivais, no seio do "campo intelectual" da sociologia.

Assistimos, de fato, desde o refluxo do estruturalismo ocorrido nos anos 70, a uma relativa clarificação assim como a uma nova diversificação das concepções da sociologia e das teorias gerais sobre a sociedade.

Se tomarmos uma grande distância desses debates, seria possível pensar que eles prolongam uma divergência fundamental sobre a sociedade, cujos termos foram definidos em meados do século XIX. Opuseram-se desde 1840, na França como em outros países, duas correntes intelectuais: uma atenta ao estudo e à crítica

das "contradições" sociais atravessando a totalidade do sistema social (cf. P.J. Proudhon: Le système des contradictions économiques, 1846), a outra crítica quanto à própria existência dessas contradições sociais e atenta às complexidades culturais e às ações individuais (cf. Alexis de Tocqueville, De la Démocratie en Amérique, 1835). A escola durkheimiana havia tentado superar os termos desta oposição sem, no entanto, renovar-lhe completamente os elementos. Nos anos 50, Georges Gurvitch, partidário de um socialismo autogestionário, e Raymond Aron, próximo de um pensamento individualista e liberal, simbolizavam de alguma forma essa oposição tradicional.

No entanto, se há de fato uma certa continuidade nesta história da sociologia francesa, parece-me que as interrogações e as respostas foram profundamente remanejadas nos últimos vinte anos e são estas novas problemáticas que destacaremos aqui.

Para tentar desenhar as grandes linhas deste campo teórico, proponho colocar quatro questões e examinar as respostas divergentes que lhes são dadas: 1) Qual o objeto privilegiado da sociologia? 2) Qual a natureza dos conflitos sociais? 3) Como analisar os sistemas simbólicos? 4) Como redefinir, hoje em dia, a ou

1) O objeto da sociologia

O estruturalismo que havia adquirido, nos anos 1950-1970, uma excepcional autoridade nas ciências sociais, convidava a tomar as estruturas sociais como objeto privilegiado das pesquisas e lugar das explicações. A obra de Lévi-Strauss propunha buscar, além das aparências, as estruturas latentes para nelas descobrir a explicação dos funcionamentos sociais e dos comportamentos individuais. Fiel, neste ponto, à lição de Marx, esta teoria postulava a existência de estruturas determinantes e ambicionava chegar assim ao conhecimento das totalidades sociais (Lévi-Strauss, 1949)

Sem retomar a risca o paradigma de Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu renovou, em seus primeiros trabalhos, certas linhas diretrizes do estruturalismo, não sem criticar sua aplicação mecânica. Assim, em seu livro de 1970 sobre o sistema escolar francês intitulado La Reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement, ele se propõe demonstrar os mecanismos pelos quais as estruturas de ensino funcionam como sistema de reprodução da ordem social em sua desigualdade e suas divisões em classes sociais. O objeto central do trabalho é de desvendar, como numa chave dos divisões sociais, a estrutura do sistema escolar

subjacente aos conflitos aparentes e às ideologias do corpo docente.

Pierre Bourdieu coloca então como tarefa do sociólogo desvendar como as estruturas podem estar, como ele escreve, "no princípio" das estratégias individuais. O objetivo da análise de "habitus" é mostrar como os atores sociais são portadores de modos de percepção e de comportamentos que os conduzem a reproduzir os modelos que receberam de seu meio (Bourdieu, 1972).

A ambição do estruturalismo de chegar a um conhecimento, mesmo que esquematizado, da totalidade social não está, portanto, ausente. Repensando a ordem social na sua reprodução, o sociólogo almeja construir uma visão globalizante da sociedade. Este conhecimento é dado como acessível à análise científica ao mesmo tempo em que é proposto como um nível de explicação dos elementos particulares. Pierre Bourdieu complementa suas análises com tantas reservas que não se poderia de maneira alguma reduzir seu pensamento a um estruturalismo aplicado, mas esta continuidade de reflexão entre o estruturalismo dos antropólogos e seus próprios trabalhos constitui, de fato, uma parte de sua teorização (Bourdieu, 1987).

Ora, se este estruturalismo foi uma corrente incontestavelmente criadora, ele suscitou uma vigorosa contestação antes mesmo dos anos 70. Toda uma corrente teórica que se pode deno-

minar "sociologia dinâmica" (Georges Gurvitch, Georges Balandier, Alain Touraine) não se cansou de criticar o privilégio epistemológico atribuído às estruturas como lugar de explicação.

O próprio título do trabalho de Alain Touraine, La Production de la Société (1973) anuncia esta crítica Alain Touraine concede que o estudo da reprodução é legítimo para sociedades de mudanças sociais lentas como podem ser as sociedades pré-industriais, mas considera que tal estudo é inadequado para sociedades industriais ou pós-industriais que estão justamente em permanente transformação (Touraine, 1969). Ele insiste que estas sociedades são o resultado não da permanência de estruturas e sim das tensões sociais, das conciliações, das ações e decisões múltiplas que se produzem incessantemente. Estas sociedades são eminentemente históricas e é esta historicidade que se deve examinar.

Retomando e criticando a contribuição de Talcott Parsons, Alain Touraine privilegia, em vez das estruturas, o estudo do sistema social (Système d'Action Historique) não no seu mero funcionamento mas em sua dinâmica. Convirá, assim, centrar as análises na identificação das forças sociais decisivas e de suas tensões para explicar o devir e compreender as transformações, as desestruturações e restruturações incessantes.

Mas será que podemos construir um modelo da sociedade global? E não haverá algo de arbitrário nessa ambição? Apesar de suas divergências, a sociologia neo-estruturalista e a sociologia dinamista têm em comum o projeto de construir um modelo da totalidade social como se tal projeto fosse facilmente realizável.

Há toda uma produção sociológica que se inscreve nessa desconfiança com relação às grandes teorias ao mesmo tempo em que introduz novas hipóteses sobre as mudanças sociais e sua análise. Suspeita-se, nessas grandes teorias, não apenas de um grau excessivo de abstração, mas também de seu abandono de níveis de análise que poderiam revelar e explicar equilíbrios, desequilíbrios e transformações.

Os trabalhos de Michel Crozier, e principalmente L'Acteur et le Système (1977), escrito em colaboração com Erhard Friedberg, podem ser tomados como exemplo desta terceira resposta à questão do objeto privilegiado da sociologia. Michel Crozier exprime reservas quanto às ambições totalizantes e, mais ainda, denuncia o perigo que elas encerram no sentido de ignorar as estratégias, as resistências, as iniciativas que constantemente modificam as estruturas e as organizações. Em seu trabalho de 1977, Crozier e Friedberg insistem na importância das estratégias, das

7)

ações individuais no seio das organizações, para compreender o funcionamento e a transformação dessas organizações e instituições. Ao mesmo tempo, criticam vigorosamente os sociólogos dos estruturas e os dos sistemas sociais por ignorar a realidade dos próprios atores. O objeto da sociologia seria, a seu ver, essas estratégias e essas lutas dentro das organizações para melhor compreendê-las. Em torno destes trabalhos, desenvolveram-se uma polêmica e uma tendência que são designadas pela expressão "a volta do ator" (Touraine, 1984).

Enfim, não se deveria ir mais longe e postular uma volta ao individualismo em sociologia? Esta a posição sustentada por Raymond Boudon e que constitui uma quarta resposta à questão colocada sobre o objeto da sociologia (Boudon, Bourricaud, 1982).

Por "individualismo metodológico", Boudon entende um princípio de explicação que, em vez de dar conta dos fenômenos sociais por variáveis ou por estruturas, convida a tomar o fenômeno observado como consequência dos comportamentos individuais. Explicar, por exemplo, fenômenos como uma taxa de criminalidade ou a elevação de uma taxa de mobilidade social deveria conduzir, por princípio, ao exame dos comporta-

mentos de indivíduos distintos no seio do sistema social considerado.

Bourdieu desenvolve uma crítica sistemática a todas as sociologias de tendência holística suspeitas de explicar os fenômenos sociais a partir de entidades abstratas (tais como o sistema, o modo de produção ou a classe social). No mesmo sentido, ele denuncia o recurso a noções de estrutura ou de movimentos enquanto princípios de explicação e como se essas abstrações se gerassem umas às outras ou causassem magicamente, os comportamentos dos setores sociais.

Interrogando, assim, este ponto de partida (qual o objeto privilegiado da sociologia?), chegamos a quatro respostas bem diferenciadas e quatro concepções opostas dos fenômenos sociais e, portanto, da sociologia.

Vejamos agora essas oposições através de suas respostas à questão dos conflitos sociais.

II. Os conflitos sociais

Procurando caracterizar sucintamente uma formação social, Bourdieu indica em primeiro lugar que ela constitui "um sistema de relações de forças [...] entre as classes" (Bourdieu, 1970: 20). Podemos dizer que esta hipótese da divisão da sociedade em classes distintas está na base de suas análises, apesar das diversas precisões que deveremos introduzir para seguir mais exatamente seu pensamento sobre este ponto essencial.

De fato, ele alerta vigorosamente contra a tentação redutora, difusa em um marxismo vulgarizado, de erigir a classe em entidade substancial (Bourdieu, 1987). Convém, diz ele, repudiar absolutamente esta tentação e examinar como se reconstituem tipos de divisão no seio de uma mesma população tal como, por exemplo, a dos estudantes (Bourdieu & Passeron, 1964.)

A atenção de Pierre Bourdieu concernente à desigualdade das classes liga-se menos à mera desigualdade econômica que às diferenças de poder, de prestígio e de cultura. Sendo uma formação social não apenas uma relação de forças, mas simultaneamente um "sistema de relações de força e de sentidos" (Bourdieu, 1970 : 20), essas duas dimensões só podem ser distinguidas arbitrariamente. É assim que Pierre Bourdieu se dedica, em suas diversas pesquisas sobre as práticas artísticas (1969), sobre estratégias de distinção (1979) ou sobre a Universidade (1984), a mostrar como se exercem os poderes, como eles se reproduzem segundo a posse dos lugares de autoridade ou a dos capitais culturais. Mais que aos conflitos de classe, ele está atento às dominações estruturais, às estratégias de dominação e de distinção que constantemente reproduzem a divisão em classes sociais.

A segunda tendência que distinguimos aqui, da sociologia dinâmica, ilustrada por Balandier e Touraine, traz respostas mais diversificadas. A atenção de Balandier esteve voltada ao inventário da diversidade de forças em oposição, em concorrência, e à identificação da diversidade de formas de contestação, de concorrência e de conflito. Como já sublinhava em seus primeiros estudos de 1955 sobre as sociedades em vias de descolonização, os conflitos não se dão necessariamente entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção (Balandier, 1955 e 1971); eles podem também se desenvolver entre gerações, entre homens e mulheres, entre linhagens, entre clãs, entre padres e fiéis. E há todo um vocabulário a ser empregado para caracterizar as múltiplas formas de conflitos: competição, concorrência, antagonismo, rivalidade...

Alain Touraine, em seu modelo teórico das sociedades contemporâneas, dá maior ênfase à importância do conflito que diz respeito à dinâmica do sistema social e suas orientações. Neste sentido, o conflito maior opõe a classe dirigente e a ou as classes dirigidas. Essas classes não constituem unidades, mas se opõem fundamentalmente quanto ao domínio das decisões ou, em outros termos, quanto ao domínio da historicidade, da "historicidade" comum (Touraine, 1973). Opõem-se assim, no

sistema social das sociedades industriais e pós-industriais, a classe dirigente e a classe dirigida cuja orientação comum é a de resistir às decisões dos dirigentes.

Esses dois primeiros modelos, por mais nitidamente diferenciados que sejam, não questionam a realidade das classes sociais e, em certa medida, não rompem completamente com uma certa tradição marxista muito livremente reinterpretada. As duas tendências que serão agora invocadas não postulam a existência de duas classes opostas.

Os múltiplos estudos de sociologia empírica, em sociologia do trabalho ou das organizações, por exemplo, destacam não um conflito entre classes sociais mas as concorrências e rivalidades entre categorias dentro da empresa, entre sindicatos operários e patronais, entre detentores de diferentes postos de trabalho. Nestes trabalhos são sublinhados, por exemplo, os processos que conduzem eventualmente a uma negociação ou solução de compromisso mais que a uma ruptura.

A análise institucional pode ser, em certa medida, incluída nesta corrente (Lapassade, 1970; Lourau, 1977). O destaque é dado, mais sistematicamente, às instituições, suas hierarquias internas e aos conflitos específicos que aí se desenvolvem. Estes

trabalhos, feitos principalmente na esteira do movimento de 1968, puseram em evidência a dinâmica dos conflitos, o que está em jogo na instituição, as resistências e as iniciativas dos subordinados nos processos institucionais. Nesta perspectiva, um conflito não é apenas um fato que o sociólogo deve observar, e sim um momento maior que pode liberar as energias, um "analisador" da situação permitindo uma nova institucionalização.

Como vemos, esta orientação contém uma certa valorização implícita do conflito considerado como momento criador na história de uma instituição. Já se pode pressentir que a quarta tendência que ilustramos aqui pelo <u>individualismo metodológico</u> não compartilha dessa valorização (Boudon, Bourricaud, 1982).

De fato, na medida em que esta orientação epistemológica adota como ponto de partida de suas análises os comportamentos dos atores individuais, ela é levada a tomar os conflitos como uma dimensão permanente da vida social, mas sem atribuir-lhes uma importância particular. Nesta perspectiva, os conflitos serão tão numerosos quanto os objetos em jogo nas relações sociais, que se trate da distribuição de bens econômicos, de bens de prestígio, de valores ou de bens de poder. E seria uma das tarefas usuais do sociólogo

identificar a multiplicidade desses objetivos, dessas concorrências e dessas estratégias de conflito, sem lhes dar maior importância.

Observemos que muitos trabalhos parecem, sem referência direta a essas afirmações teóricas, são levados a retomar, se não seus princípios, pelo menos suas conclusões. Diversas pesquisas de vocação essencialmente descritiva analisam situações específicas e limitam-se à identificação de interações entre atores. Consagrando-se, por exemplo, aos estudos de "vida quotidiana", essas pesquisas insistem na particularidade de seu campo observado, sublinhando assim as diversas formas de concorrência, de oposição ou de aglutinação, sem pretender necessariamente fazer de seu método de trabalho um modelo generalizável. Mas limitando-se ao micro-sociológico, esses trabalhos - frequentemente próximos da psicologia social - não respondem ao problema dos conflitos.

III. Análise dos sistemas simbólicos

As pesquisas sobre sistemas simbólicos e, em particular, sobre as ideologias podem fornecer um novo critério para diferenciar essas quatro epistemologias diferentes.

A tradição sociológica, a de Marx como a de Durkheim, retomada pelo estruturalismo, respondia afirmativamente quanto à questão do social ser pensável como totalidade e abria assim o caminho a todo um campo de investigação sobre as ideologias políticas ou religiosas. A lição de Marx — retomada por Lucien Goldmann (1955) ou por Claude Lévi-Strauss (1958) — oferecia ao conhecimento uma dupla promessa: a de alcançar a análise da estrutura social enquanto lugar explicativo da totalidade e, por outro lado, de chegar à reconstituição da instância ideológica como lugar das ilusões eficazes (Ansart, 1970). Desde então, o estruturalismo abria à pesquisa os meios de uma criação sedutora, já que o analista podia esperar atingir uma explicação das crenças e possuir, ao mesmo tempo, os meios de penetrar o mistério das ilusões. O entusiasmo de Georges Dumézil ou a felicidade na escrita de Roland Barthes fazem eco ao clima dessas promessas.

Sem retomar o caráter frequentemente dogmático de um certo estruturalismo com relação às ideologias políticas (Althusser, 1970), Pierre Bourdieu mostrou a

possibilidade de estabelecer relações observáveis entre as estruturas de uma formação social e sua ideologia. Inspirando-se em certos trabalhos de estética (Panofski, 1974), ele sublinhou como era possível evidenciar as relações de "homologia estrutural" entre as estruturas sociais e a organização interna de um sistema ideológico.

A crítica dirigida contra esse estruturalismo pelos defensores da sociologia dinâmica acentua o perigo de postular a permanência, a invariabilidade dos sistemas ideológicos e a necessidade, ao contrário, de ~~Hos~~ identificar suas mudanças. Aquele estruturalismo seria eficaz para sociedades de evolução lenta mas inadequado para compreender as modificações, as reinterpretações constantemente inventadas pelos atores sociais. Com efeito, na medida em que se insiste sobre os movimentos sociais e sobre as definições que dão de si mesmos e de seu meio (Touraine, 1980) — na medida em que se insiste na emergência, dentro das formações sociais, de novos atores e de novas representações — coloca-se em questão o mito da permanência dos sistemas de representações políticas para evidenciar as diferenças, os rejeitos, as originalidades e as inovações relativas. No estudo de uma ideologia partidária, por exemplo, em vez

de destacar sua lógica própria e sua continuidade, será dada atenção às discussões e modificações constantemente introduzidas. Mas simultaneamente, nesta orientação de pesquisa, essa atenção é dirigida não aos chefes de partido e aos grandes aparelhos de produção ideológica (Althusser, 1970), mas a todos os emissores, que sejam diretamente políticos (partidos) ou indiretamente (meios de comunicação), que se localizem na base ou na cúpula das hierarquias partidárias.

Nesta direção é oposto-se radicalmente à escola estruturalista, um amplo movimento de pesquisa tende a multiplicar as relações, a diversificar as funções preenchidas pelas mensagens ideológicas. Inspira-se livremente no sistemismo (Barel, 1973; Morin, 1977) e nas teorias da comunicação. Não poderíamos designar, no caso, uma escola com fronteiras precisas: trata-se mais de um conjunto de interrogações sobre a complexidade das relações entre uma cultura nacional e uma expressão ideológica, sobre a criação e a difusão de ideologias, por exemplo. Em vez de estudar um sistema ideológico em si, sublinha-se o processo de radicalização das expressões no decorrer dos conflitos (Ansart, 1977), o papel

instituinte dos imaginários sócio-políticos (Castoriadis, 1975).

A desconfiança frequentemente manifestada nestes trabalhos com relação ao conceito de "ideologia" é bem significativa neste sentido. Muitos temem que a utilização do conceito assuma conotações estruturalistas e preferem recorrer a conceitos mais neutros como "representações políticas", "imaginário social", "fragmentos discursivos." Esse deslocamento semântico do conceito de ideologia ao de "representação política" é significativo neste debate, não só porque traduz a reticência com relação a uma concepção objetivista das formações ideológicas, mas também porque expressa a preocupação em repensar os fatos de linguagem como elementos das práticas sociais e restituir aos agentes, aos múltiplos grupos, sua própria expressão. Esta tendência acompanha a importância dada aos pequenos grupos, institucionalizados ou não, e à sua própria definição das realidades sociais ou políticas.

Assim renasce a tentação, numa visão muito praxeológica do político, de voltar a uma concepção puramente instrumental do simbólico fazendo do ator, a exemplo do homo economicus de outros tempos, um

átomo político que escolhe palavras e símbolos em clara consciência de interesses bem compreendidos. Enquanto se sublinham as escolhas individuais e as interações apenas em grupos pequenos, ignora-se a problemática das ideologias políticas (Boudon, 1986), deixando aos historiadores o cuidado de estudá-las.

É assim se desenvolve, neste domínio particular, a questão essencial da própria definição da sociologia e de sua cientificidade.

IV. As concepções da cientificidade

Ao término desta rápida reconstituição do campo intelectual da sociologia, sempre tentados a sublinhar a pluralidade das sociologias ao invés de reuni-las numa unidade. Seria mais fácil ver <u>as</u> sociologias que <u>a</u> sociologia

Essas divergências profundas correspondem, com efeito, a concepções epistemológicas totalmente divergentes.

Em 1965, Pierre Bourdieu e seus colaboradores (Bourdieu, Chamboredon e Passeron, 1968) haviam retomado certos princípios da epistemologia estruturalista. Eles destacavam especialmente a extrema distância entre o senso comum e a ciência, entre a "sociologia espontânea" e o saber sociológico, em termos que lembravam também os princípios metodológicos de Durkheim

(Durkheim, 1895). Eles retomavam com vigor o princípio enunciado por Bachelard de um "corte epistemológico" necessário entre as representações confusas da vida cotidiana e a elaboração sociológica. Este corte deveria ser operado pelo recurso aos métodos tradicionais da sociologia (estatísticas, crítica secundária dos dados...), mas também pelo recurso a uma teoria propriamente sociológica e não escrava dos modelos das ciências naturais.

Em seus livros assim como na revista que dirige desde 1975 (Les Actes de la recherche en sciences sociales), Bourdieu convida à profissionalização da produção sociológica distante de pressões sociais ou políticas e ao controle dessa produção no seio de uma sociedade científica especializada. No entanto, ele não duvida que esta produção seja necessariamente crítica com relação à ordem estabelecida e, portanto, sempre suspeita pelos detentores do poder.

Sem que haja oposição demarcada entre esta concepção da ciência e a dos representantes da sociologia dinâmica (Balandier, Touraine...), algumas divergências profundas aparecem em seus trabalhos e suas posições. Assim, em sua concepção de sistema social, Alain Touraine destaca o papel desempenhado pelos conhecimentos sociais nas escolhas e nas representações dos atores sociais. Os conhecimentos sociológicos, retomados ou deformados pelos atores, estão presentes nos processos de decisão e são, de alguma forma, parte integrante das dinâmicas

sociais. Os sociólogos estão portanto, queiram ou não, envolvidos nesses processos e participam dos conflitos de sua época.

Coloca-se assim a questão de saber qual o papel que pode desempenhar a sociologia na vida social e política e, neste ponto, as respostas são diametralmente opostas. Alain Touraine, ilustrando a posição prudente da maioria dos sociólogos a respeito do envolvimento social, desenvolveu e praticou a partir de 1975 uma teoria da intervenção sociológica que faz do sociólogo não um engenheiro social mas um agente de conscientização no seio dos movimentos sociais (Touraine, 1978). Os sociólogos, intervindo no interior desses movimentos (ex: estudantes, ecologistas, regionais), têm como tarefa levar os atores a melhor compreender seu projeto, seus opositores e sua própria identidade. Esta concepção conduz necessariamente a envolver o sociólogo do lado das forças inovadoras, no polo oposto ao das forças e aparelhos conservadores (Touraine, 1980).

Uma concepção de cunho individualista é eminentemente crítica quanto a esta teoria da intervenção sociológica que ela assimila facilmente a uma ação política. Com efeito, um dos temas mais constantes do <u>individualismo metodológico</u> é o que sublinha a que ponto os processos sociais escapam às intenções (ou às ilusões) dos agentes sociais devido à extrema complexidade das lógicas sociais, políticas e econômicas. Seria precisamente uma tarefa da sociologia denunciar, através de suas análises, a ilusão comum da racionalidade das lógicas sociais. Raymond Boudon destaca

como os efeitos perversos, fenômenos não previstos pelos atores e contrários às suas intenções, são características da vida coletiva (Boudon, 1977). A pesquisa sociológica deveria, neste ponto, retomar a tradição intelectual do liberalismo: observar como se desenrolam e se agregam os comportamentos individuais, como ocorrem os acasos, como surgem as ações coletivas não previstas ou como elas fracassam.

O verdadeiro problema da sociologia seria, então, não o de seu envolvimento sócio-político, mas o de sua cientificidade. Suas dificuldades essenciais seriam de fato as de método e de rigor metodológico e técnico (Boudon, 1969). A sociologia deveria romper completamente com as filosofias sociais e as ideologias políticas a fim de reforçar seu rigor científico por um aprofundamento de seus métodos primordialmente qualitativos (Boudon, 1967).

Esta concepção deveria conduzir a uma maior neutralidade do ponto de vista político, já que o sociólogo tem como sua única tarefa a de analisar os fenômenos sociais e não de intervir nos mesmos. Esta concepção inscreve-se na tradição liberal e opõe-se decidamente a qualquer orientação socialista no plano social e político.

* * *

Terminando esta apresentação do campo intelectual das sociologias francesas hoje em dia, devemos reconhecer o caráter necessariamente simplificador desta construção. Deixei

propositalmente de lado os laços dessas escolas com publicações externas à produção francesa. É claro que uma apresentação mais longa deveria levar em conta esses laços, sublinhando as relações entre essas tendências e a produção sociológica internacional.

Além disso, muitos trabalhos dificilmente classificam-se entre essas posições, ou porque praticam brilhantemente o ensaio sociológico (Baudrillard, 1972) ou porque se concentram em descrições de micro-amostras do meio social ou em abordagens mais próximas da antropologia social que da sociologia. Esses numerosos trabalhos (ex: estudos de vida cotidiana, histórias de vida, etc.) escapam em parte à nossa classificação mesmo que uma leitura atenta permita reconhecer algumas diferentes orientações que tentamos distinguir (Maffesoli, 1979).

Acrescentemos ainda que essas posições opostas não são radicalmente rígidas. A construção das oposições é necessariamente provisória e ligada a uma fase dos debates. Uma observação mais acurada mostraria que todas essas posições evoluíram ao longo dos últimos vinte anos, matizando-se em certos pontos ou radicalizando-se em outros.

De fato, seja qual for a virulência das oposições e a vivacidade da concorrência, os objetos de discussão são comuns. As escolas rivais utilizam técnicas de pesquisa comparáveis; elas encontram em suas escolhas de técnicas e de método preocupações que lhes são comuns. Elas competem indiretamente no mesmo campo. A pesquisa retomando, por exemplo, problemas

levantados por seus rivais e discutido suas conclusões. Há de fato muito debate, oposição e, em certa medida, concorrência criativa.

Pode-se no entanto lamentar que esses debates sejam tão frequentemente indiretos e raramente desemboquem em oposições claramente explicitadas.

ALTHUSSER, Louis

1970. Idéologie et appareils idéologiques d'Etat, La Pensée, n° 151, juin 1970, p. 3-38.

ANSART, Pierre

1970. Naissance de l'anarchisme. Esquisse d'une explication sociologique du proudhonisme, Paris, Presses universitaires de France.

1974. Les Idéologies politiques, Paris, P.U.F.

1977. Idéologies, conflits et pouvoir, Paris, P.U.F.

1983. La gestion des passions politiques, Lausanne, l'Age d'Homme.

BALANDIER, Georges

1955. Sociologie actuelle de l'Afrique Noire, Paris, P.U.F.

1967. Anthropologie politique, Paris, P.U.F.

1971. Sens et Puissance, les dynamiques sociales, Paris, P.U.F.

1985. Le détour, pouvoir et modernité, Paris, Fayard

BAREL, Yves

1973. La reproduction sociale : systèmes vivants, invariance et changements, Paris, Anthropos

BAUDRILLARD, Jean

1972. Le système des objets, Paris, Denoël-Gonthier

1981. De la séduction, Paris, Denoël-Gonthier

BOUDON, Raymond

1967. L'analyse mathématique des faits sociaux, Paris, Plon.

1969. Les méthodes en sociologie, Paris, Presses universitaires de France, Coll. Que Sais-je ?

1973. L'inégalité des chances ; la mobilité sociale dans les sociétés industrielles, Paris, P.U.F.

1977. Effets pervers et ordre social, Paris, P.U.F.

1982. Raymond Boudon, François BOURRICAUD. Dictionnaire critique de la sociologie, Paris, P.U.F.